COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

RELATÓRIO PRELIMINAR DE PESQUISA SOBRE A "CASA DA MORTE DE PETRÓPOLIS"

MARÇO DE 2014

1. O ESCLARECIMENTO DE GRAVES VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS PELA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

A Comissão Nacional da Verdade, criada no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, tem a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 a 5 de outubro de 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

O artigo 3º. da Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, define como objetivos da Comissão Nacional da Verdade:

> I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no **caput** do art. 1º;
>
> II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;
>
> III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no **caput** do art. 1º e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;
>
> IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;
>
> V - colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;
>
> VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e
>
> VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) vem investigando as circunstâncias das prisões arbitrárias, sequestros, torturas, ocultações de cadáveres e desaparecimentos forçados vinculados à Casa da Morte de Petrópolis e sua autoria, visando cumprir suas atribuições legais e apresentar relatórios preliminar e conclusivo sobre o caso, no final do seu mandato. Afinal, no período da ditadura, a Casa da Morte de Petrópolis foi a principal estrutura clandestina utilizada pelos serviços de informações das forças armadas

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

brasileiras para a prática de ocultação de cadáveres e desaparecimento forçado de opositores políticos.

A Comissão Nacional da Verdade entende que o aprofundamento das investigações sobre as graves violações de direitos humanos vinculadas à Casa da Morte de Petrópolis constitui uma das iniciativas mais importantes para o esclarecimento e ampliação do conhecimento público sobre a política sistemática de desaparecimentos forçados adotada pela ditadura militar.

De acordo com os artigos 1.1, 8.1 e 25.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos, os familiares das vítimas de desaparecimento forçado têm o direito a que o desaparecimento destas seja efetivamente investigado pelas autoridades do Estado; que se instaure um processo contra os acusados por estes ilícitos; que sejam impostas aos responsáveis as sanções cabíveis e que sejam reparados os danos ou prejuízos que os familiares tenham sofrido.

A Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas considera o crime de desaparecimento forçado de pessoas um "crime continuado ou permanente enquanto não se estabelecer o destino ou o paradeiro da vítima" (Art. III.).

Para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o dever estatal de investigação subsiste na medida em que permanece a incerteza sobre o destino da pessoa desaparecida, em violação aos direitos dos familiares da vítima de conhecer as circunstâncias de seu desaparecimento, localizar seus restos e determinar com certeza sua identidade.

Segundo sentença da Corte Interamericana sobre o caso Velásquez Rodríguez, os desaparecimentos forçados devem ser investigados de ofício, em cumprimento do "dever do Estado de velar pela ordem pública".

Nas situações em que os desaparecimentos forçados estejam relacionados a práticas desenvolvidas no interior de unidades das Forças Armadas, a iniciativa estatal de investigação adquire ainda maior importância, uma vez que as instituições castrenses se encontram, por sua própria natureza, fechadas às investigações particulares. Em sentido semelhante, o Artigo X da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas estabelece que em procedimentos ou recursos relativos à determinação do paradeiro das pessoas desaparecidas e, de acordo com o direito interno dos países, as autoridades judiciárias competentes "terão livre e imediato acesso a todo centro de detenção e a cada uma de suas dependências, bem como a todo lugar onde houver motivo para crer que se possa encontrar a pessoa desaparecida, inclusive lugares sujeitos à jurisdição militar".

Desta forma, o presente Relatório Preliminar de Pesquisa pretende dar cumprimento às obrigações assumidas pelo Estado brasileiro perante a ordem internacional e ao mandato legal estabelecido pela Lei n. 12.528/2011, respondendo ao

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

direito dos familiares e da sociedade brasileira de conhecer, ainda que parcialmente, sobre um dos mais terríveis capítulos do regime ditatorial brasileiro.

2. A CASA DA MORTE DE PETRÓPOLIS: CENTRO CLANDESTINO DE TORTURA E EXTERMÍNIO RECONHECIDO PELO ESTADO BRASILEIRO

O presente Relatório preliminar de Pesquisa teve como fio condutor o depoimento de Inês Etienne Romeu, a única sobrevivente da Casa da Morte de Petrópolis, cujas informações foram complementadas e corroboradas por documentos produzidos pelo próprio Estado brasileiro, bem por testemunhos de ex-presos políticos e por depoimentos de agentes da repressão perante a Comissão Nacional da Verdade e outros órgãos do Poder Público.

Inês Etienne Romeu procurou o jurista Fábio Konder Comparato em 1989, e contou-lhe o calvário que sofreu nos 96 dias em que passou por aquele centro clandestino de tortura e extermínio. Konder Comparato disse a Inês que a jurisprudência (à época) não admitia ações de indenização por causa da prescrição. Inês explicou:

> *"professor, eu não quero um tostão de indenização. Esse dinheiro de indenização vem do povo e a grande vítima é o povo. O que eu quero é que a Justiça do meu País reconheça oficialmente que eu fui sequestrada, mantida em cárcere privado, estuprada 3 vezes por agentes públicos federais pagos com o dinheiro do povo brasileiro".*
>
> (Depoimento de Fábio Konder Comparato à Câmara dos Deputados, Audiência Pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos e de Legislação Participativa, 24/09/2009)

Konder Comparato apresentou ação judicial à 17ª Vara de Justiça Federal de São Paulo que, em dezembro de 2002, julgou procedente a ação:

> *"para o fim de declarar a existência de relação jurídica entre Inês Etienne Romeu e a União Federal, por conta dos atos ilícitos de cárcere privado e de tortura praticados por servidores militares no período compreendido entre 05 de maio e 11 de agosto de 1971, na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro."*
>
> (Processo 0027857-69.1999.4.03.6100, da 17ª Vara da Justiça Federal de São Paulo)

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

No ano de 2007, a União desistiu do recurso de apelação e o Tribunal Regional Federal da 3ª. Região confirmou a sentença.

3. A CASA DA MORTE: ESTRUTURA DO CIE PARA A POLÍTICA DE DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

A Casa da Morte foi uma estrutura criada pelo Centro de Informações do Exército (CIE), no início do ano de 1971, para atender a uma nova estratégia de intensificação do combate às organizações armadas de esquerda pela ditadura. Nessa nova etapas, o aparelho repressivo passou a contar com bases secretas e equipes especializadas na execução de uma política de extermínio e desaparecimento forçado das principais lideranças das organizações em luta aberta contra o regime ditatorial.

Com a finalidade de realizar sequestros, manter centros de detenção clandestinos, preparar agentes infiltrados nas organizações de esquerda, efetuar traslados de prisioneiros, interrogatórios sob tortura, execuções extrajudiciais e ocultações de cadáveres, foram criadas equipes especializadas, diretamente subordinadas aos mais altos

escalões de comando das Forças Armadas e que geralmente trabalhavam à paisana dentro e fora dos ministérios militares.

Segundo Elio Gaspari, o aparelho de Petrópolis – *"codinome Codão"* – era um dispositivo complementar aos DOIs e nele operavam militares do Centro de Informações do Exército, dentro de sua hierarquia e segundo as ordens de seu comando. (Elio Gaspari, *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das letras, 2002, p. 378)

O Centro de Informações do Exército (CIE) foi criado em 1967 como um órgão do gabinete do Ministro do Exército, diretamente subordinado a este.

> *"(...) Os órgãos militares de informações também realizaram operações de segurança, isto é, eram "executantes", podendo ser caracterizados como "órgãos mistos", de informação e de segurança. Diferentemente das DSI e, em boa medida, do próprio SNI,* ***o CIE, o CENIMAR e o CISA também patrocinaram "operações", ou seja, saíram à rua para prender pessoas que seriam interrogadas, sendo conhecidos diversos relatos de presos políticos torturados por agentes desses órgãos."***
>
> (Carlos Fico, Como eles agiam. Rio de Janeiro: Record, 2001 , p. 92)

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

Antes da União reconhecer judicialmente a tortura e do cárcere privado sofridos por Inês Etienne Romeu na Casa da Morte de Petrópolis, agentes do CIE já haviam reconhecido a utilização da Casa para fins de interrogatório.

Em entrevista ao CPDOC, Adyr Fiúza de Castro, chefe do CIE de 1967 a 1969, declarou que

> *"o CIE tinha autonomia para trabalhar em qualquer lugar do Brasil. Eles tinham aparelhos especiais, não oficiais, fora das unidades do I Exército, para interrogatórios."*
>
> Entrevistador*: "Aparelhos como a Casa de Petrópolis ?"*
>
> Adyr Fiúza de Castro: *"Como a Casa de Petrópolis. (...) Mas não me pergunte quais são as casas do CIE porque eles nunca me contaram. Quando eu era chefe do CIE, não tinha necessidade disso, porque não havia começado ainda a luta mais aguda, eu saí em 69."*
>
> (Maria Celina de Araújo (org.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 68)

O próprio Ernesto Geisel, em depoimento a Maria Celina de Araújo e Celso Castro chamou a casa de Petrópolis de "dependência do CIE".

(Maria Celina D'ARAÚJO e Celso CASTRO (orgs.) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.).

De 1964 a 1969, a tortura e as execuções extrajudiciais de opositores políticos foram, na maioria das vezes, encobertas por falsas versões de suicídios, confrontos, fugas e atropelamentos. Nesse período, os corpos de vítimas fatais da repressão eram geralmente entregues às famílias em caixões lacrados, acompanhados da respectiva documentação de óbito e laudos periciais.

A morte sob tortura de Chael Charles Schreier na 1ª Companhia da PE da Vila Militar do Rio de Janeiro, em 22 de novembro de 1969, e a enorme repercussão nacional e internacional das denúncias das torturas e da farsa produzida pelo Exército para o acobertamento do crime cometido, reforçaram tendências de modificação das práticas de ocultamento do aparelho repressivo, na direção de uma política de desaparecimentos. forçados semelhante àquela adotada na fase mais aguda da repressão colonial francesa aos movimentos de libertação na Argélia.

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

A prisão e morte sob tortura do ex-deputado federal Rubens Paiva no DOI do I Exército, em 21 de janeiro de 1971, no Rio de Janeiro, assim como os conflitos entre o CIE, o DOI e a PE surgidos no contexto de ocultação de seu cadáver, colocaram para o Ministro do Exército Orlando Geisel, para o chefe do CIE Milton Tavares de Souza, para o comandante do I Exército Syseno Sarmento e para o comandante do DOI José Antônio Nogueira Belham, necessidades urgentes de revisão das práticas de repressão vigentes.

No início do ano de 1971, o CIE e o I Exército já se encontravam profundamente envolvidos em operações que visavam ao desmantelamento da VPR e da VAR-Palmares mediante a execução de suas principais lideranças. As "disfuncionalidades" do DOI do I Exército que vieram à tona no caso Rubens Paiva representaram, para o aparelho da repressão, um obstáculo para o seguimento dessas operações.

Nesse contexto, a Comissão Nacional da Verdade entende que as circunstâncias da morte sob tortura e ocultação do cadáver do ex-deputado federal Rubens Paiva no DOI do I Exército, em 21 de janeiro de 1971, no Rio de Janeiro, precipitaram a decisão do CIE em contar com uma nova estrutura, de natureza secreta e separada das instalações do DOI da rua Barão de Mesquita, no bairro da Tijuca, do Rio de Janeiro.

No caso Rubens Paiva, as investigações da CNV constataram que oficiais do 1º Batalhão da Polícia do Exército foram testemunhas da morte sob tortura de Rubens Paiva nas dependências do DOI. Tanto o Agente "Y", quanto seu superior coronel Ronald Leão, além de levarem o fato ao conhecimento do comandante do DOI **major José Antônio Nogueira Belham,** comentaram o acontecimento com outros militares e agentes que lá trabalhavam.

Em entrevista ao jornal *O Dia*, em 20 de março de 2014, o coronel reformado Paulo Malhães, chefe de uma das equipes do CIE que atuava na Casa da Morte de Petrópolis, recordou que militares da PE, como Ronald Leão, e outros do DOI do Rio de Janeiro, ameaçavam tornar público o caso Rubens Paiva. *"O Leãozinho viu, não sei mais quem viu também, mas o troço veio a tona"*, contou Malhães.

A farsa montada por agentes do DOI do Rio de Janeiro no Alto da Boa Vista, na noite do dia 21 e madrugada do dia 22 de janeiro, que tinha o objetivo de acobertar a morte e desaparecimento de Rubens Paiva, foi finalmente desmentida por depoimento do coronel Raymundo Ronaldo Campos à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 2013. A montagem do episódio implicou o incêndio de uma viatura do DOI, assim como o envolvimento de pelo menos três agentes: o capitão Raymundo Ronaldo Campos e os sargentos Jacy Ochsendorf e Souza e Jurandyr Ochsendorf e Souza.

Isso resultou, entre outras coisas, na instauração de uma sindicância pelo DOI, da qual tiveram que participar agentes da PE, na qualidade de peritos, fato que contribuiu para ampliar ainda mais o conhecimento sobre a morte sob tortura e ocultação do cadáver do ex-deputado federal.

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

Nesse contexto específico, a necessidade da utilização de base secreta do CIE em Petrópolis foi acentuada pelo acirramento dos conflitos entre oficiais com atuação no DOI do I Exército e efetivos do 1º. Batalhão de Polícia do Exército, que compartilhavam as mesmas instalações na rua Barão de Mesquita à época do desaparecimento de Rubens Paiva.

De acordo com Termo de Declaração do Agente "Y" à CNV, de 24 de abril de 2013, o DOI do I Exército foi designado, por determinação do escalão superior:

> *"para funcionar no quartel do 1º. BPEX, em 1970. Para tanto, o I Ex realizou algumas reformas, na OM* [Organização Militar], *para atender ao aumento de efetivo a ser adicionado para o próprio funcionamento do DOI".*

Entre essas reformas, o Agente "Y" menciona que a Companhia de Comando e Serviço (CCSv) do 1º BPE *"teve a maioria de suas instalações cedidas ao DOI, causando grande transtorno para os militares daquela subunidade".*

Outra causa de conflito entre o DOI e a PE teria sido, segundo o referido agente, a transformação de três salas de uso normal do Pelotão de Investigações Criminais em duas *"salas para oitivas exclusivas do DOI"*.

Foi em uma dessas salas de interrogatório que o Agente "Y" viu Antônio Fernando Hughes de Carvalho torturar Rubens Paiva.

Em entrevista de Inês Etienne Romeu com assessores da Comissão Nacional da Verdade em 15 de março de 2014**, Inês reconheceu Antônio Fernando Hughes de Carvalho como sendo o torturador de codinome "Alan", denunciado por Inês em seu relatório de 18 de novembro de 1971.**

4. A CASA DE PETRÓPOLIS COMO DISPOSITIVO COMPLEMENTAR AOS DOI

A Casa da Morte, à época dos fatos aqui narrados, estava situada em bairro afastado do núcleo da cidade de Petrópolis, em local de difícil acesso, cercado por matas densas. O local reunia, portanto, as condições necessárias para a instalação de um centro clandestino voltado para a prática de tortura, extermínio e desaparecimento forçado de pessoas.

Em entrevista ao jornal *O Globo*, em 21 de março de 2014, o torturador Paulo Malhães explicou:

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

> *"(...) Nós queríamos um lugar que fosse tranqüilo, que fosse calmo. E a casa de Petrópolis era o ideal. O CIE (Centro de Informações do Exército) tinha controle daquilo. Sabia o que se passava por ali."*

Em relação à casa da Morte de Petrópolis, Malhães sustentou que o Ministro do Exército Orlando Geisel:

> *"(...) era sempre informado. Estava sabendo. Relatórios eram feitos e entregues ao chefe da seção com os EEI, Elementos Essenciais de Informações. Então, através desses EEI, eles sabiam tudo."*

Na mesma entrevista, Paulo Malhães afirmou:

> *"Destruímos todas as organizações subversivas porque acabamos com a cabeça delas. Quando você corta a cabeça de uma cobra você acaba com a cobra. Então, este foi o nosso trabalho."*

De acordo com o testemunho de Inês Etienne Romeu ao Conselho Federal da OAB em 5 de setembro de 1979, o primeiro prisioneiro assassinado na Casa da Morte foi **Carlos Alberto Soares de Freitas**, integrante do Comando Nacional da VAR-Palmares à época de sua prisão em 15 de fevereiro de 1971 no Rio de Janeiro.

Inês Etienne ouviu de seu carcereiro *"Camarão"* que *"Breno"* (codinome de **Carlos Alberto Soares de Freitas**) foi o primeiro *"terrorista"* que esteve preso naquela casa.

Quando Inês Etienne conversou a sós com **Mariano Joaquim da Silva**, na Casa de Petrópolis, este mencionou a prisão de Carlos Alberto Soares de Freitas. À época de sua prisão, Mariano Joaquim também integrava o Comando Nacional da VAR-Palmares, juntamente com Carlos Alberto Soares de Freitas e Carlos Franklin Paixão de Araújo.

O torturador *"doutor Pepe",* codinome do tenente-coronel do CIE Orlando de Souza Rangel, confirmou a Inês que ele foi o responsável pela prisão de Carlos Alberto Soares de Freitas, em fevereiro de 1971 e que seu grupo o executara. **Ele disse que à sua equipe não interessava ter líderes presos e que todas os *"cabeças"* seriam sumariamente mortos, após interrogatório**.

Na Casa da Morte, Inês ouviu do então sargento Ubirajara Ribeiro de Souza, que Carlos Alberto Soares de Freitas o havia reconhecido, pois ambos haviam se conhecido jogando basquete em Minas Gerais. Ubirajara disse à Inês*: **"seu amigo esteve aqui. Ele me reconheceu".***

Segundo Ubirajara, Carlos Alberto Soares de Freitas teria padecido dois meses na Casa da Morte, **até abril de 1971**, quando foi executado, naquele mesmo centro clandestino, com um tiro na cabeça.

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

O período de permanência de Carlos Alberto Soares de Freitas na Casa da Morte de Petrópolis revelado por Ubirajara a Inês Etienne foi confirmado pela Informação 4057/16, de 11 de setembro de 1975, da Agência de São Paulo do SNI, localizada por pesquisa da CNV, que registra a data de **15 de abril de 1971** para a morte de Carlos Alberto, e de **12 de abril de 1971** para a data de morte de Antônio Joaquim Machado, sequestrados nas mesmas circunstâncias.

(Arquivo Nacional, AN_BR_ASP_ACE 10361/82, Acervo SNI)

Sérgio Emanuel Dias Campos, militante da VAR-Palmares preso no Rio de Janeiro por agentes do DOI do I Exército, no apartamento alugado por Carlos Alberto, na noite do mesmo dia em que este foi detido, declarou, em 12 de abril de 1996, ao Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro que:

> *"(...) que na manhã do dia 15 de fevereiro de 1971, por volta das 9:00 horas, encontrei-me com Carlos Alberto Soares de Freitas, na Rua Farme de Amoedo, 135, Ipanema, onde ele havia alugado um pequeno apartamento de frente, no térreo. A razão de eu ter ido lá era para combinar a minha permanência naquele local, por algum tempo, ate a próxima viagem de Carlos Alberto que deveria ocorrer nos próximos dias"*
>
> *"Neste encontro ele me revelou que Antonio Joaquim Machado por estar sem lugar para ficar, havia dormido na noite anterior (14 para 15 de fevereiro) neste local. Carlos Alberto ainda revelou que havia escondido suas anotações de contatos com os militantes da VAR - Palmares da sua área de trabalho no Norte em uma fresta de uma cômoda existente no quarto. Combinamos que em qualquer situação de ameaça a sua pessoa ou prisão, eu deveria destruí-los"*
>
> *"Nesta ocasião, marcamos um encontro por volta das 18:00 horas daquele mesmo dia, em frente ao Cinema Opera, em Botafogo, para que ele me fornecesse uma copia da chave do apartamento"*
>
> *"Saímos juntos de ônibus, eu com destino ao Centro da Cidade, tendo Carlos Alberto descido na Av. N.S. Copacabana quase esquina da Av. Princesa Isabel. Foi a ultima vez que estive com ele;"*
>
> *"(...) que na hora acordada, compareci ao encontro em frente ao cinema Opera. Carlos Alberto não apareceu. Minutos depois, ainda no local, surgiram Rosalina Santa Cruz e seu companheiro "Marcelo" que me informaram que Carlos Alberto também não havia comparecido a um encontro com eles, nas proximidades do cinema Diante disto, considerei a possibilidade de Carlos Alberto ter sido preso e resolvi, conforme nossa combinação, ir à Rua Farme de Amoedo, n°135, para retirar e destruir suas anotações.* ***Cheguei no apartamento às 22:00 horas e este já se encontrava ocupado por***

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

> ***elementos do DOI-CODI/RJ, tendo sido eu preso e removido para suas dependências;***
>
> *(...) logo na primeira sessão de torturas, fui interrogado sobre meu "nome de guerra". Para minha surpresa já era do conhecimento da repressão o nome "Emílio" que havia utilizado durante o Congresso da VAR - Palmares, realizado em Recife, de onde eu e Carlos Alberto havíamos chegado recentemente. Das pessoas presentes neste Congresso, não era do meu conhecimento a prisão de nenhuma delas.*
>
> *(...) Durante todo o período de meus interrogatórios, supus que Antônio Joaquim e Carlos Alberto estivessem presos, apesar do desmentido permanente dos torturadores, agentes e policiais."*
>
> (Arquivo Nacional, Processo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos nº 0239/96 – Carlos Alberto Soares de Freitas)

O testemunho de Sérgio Campos confirma a participação de agentes do DOI do I Exército no sequestro de Carlos Alberto Soares de Freitas e Antônio Joaquim Machado em 15 de fevereiro de 1971. De acordo com a denúncia de Inês Etienne, Carlos Alberto esteve dois meses preso na Casa da Morte. Segundo documento do SNI encontrado pela CNV, Carlos Alberto Soares de Freitas teria morrido em **15 de abril de 1971.** O registro, na mesma página do mesmo documento, da morte de Antônio Joaquim Machado no dia **12 de abril de 1971**, ou seja, três dias antes da data atribuída à morte de Carlos Alberto permite inferir a passagem de Antônio Joaquim Machado pela Casa da Morte de Petrópolis.

Sobre a presença de Mariano Joaquim da Silva na Casa da Morte de Petrópolis, Inês Etienne Romeu declarou:

> *"(...) Quando fui levada para a casa de Petrópolis, lá já se encontrava um camponês nordestino, Mariano Joaquim da Silva, cognominado Loyola. Conversamos três vezes, duas na presença de nossos carcereiros e uma a sós. Mariano foi preso no dia primeiro ou dois de maio, em Pernambuco. Após sua prisão, permaneceu vinte quatro horas em Recife, onde foi barbaramente torturado. Seu corpo estava em chagas. Em seguida, foi levado para aquele local, onde foi interrogado durante quatro dias ininterruptamente, sem dormir, sem comer e sem beber. Permaneceu na casa até o dia trinta de maio, fazendo todo o serviço doméstico, inclusive cortando lenha para a lareira.* ***Dr. Teixeira disse-me em princípio de julho que Mariano fora executado porque pertencia ao Comando da VAR-Palmares, sendo considerado irrecuperável pelos agentes do governo."***

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

*"**Doutor Teixeira**"* era o codinome do então Major Rubens Paim Sampaio, Subchefe do Setor de Operações do CIE . A explicação que deu a Inês Etienne sobre o assassinato de Mariano Joaquim expressa os objetivos da política de extermínio praticada na Casa da Morte de Petrópolis, centrada na eliminação das lideranças mais aguerridas da luta armada contra o regime.

O sequestro do líder sindical Aluízio Palhano Pedreira Ferreira, em São Paulo, em 6 de maio de 1971, quando foi levado ao DOI do II Exército e, posteriormente, à Casa da Morte de Petrópolis, foi também denunciado por Inês Etienne em 1979.

Aluízio Palhano regressou clandestinamente de Cuba ao Brasil no final do ano de 1970, para integrar-se ao comando nacional da VPR. Palhano era um dos contatos do agente infiltrado José Anselmo dos Santos, conhecido como *"Cabo Anselmo".* Sua prisão e morte foram denunciadas por Altino Dantas Júnior e Lenira Machado, que se encontravam sequestrados no DOI-CODI de São Paulo desde o dia 13 de maio de 1971.

Carlos Alberto Brilhante Ustra comandava o DOI do II Exército não somente à época do desaparecimento de Aluízio Palhano, mas durante todo o período em que há denúncias de desaparecimentos vinculados à Casa da Morte de Petrópolis. A partir de fevereiro de 1973, Freddie Perdigão Pereira passa a trabalhar ao lado de Ustra no DOI de São Paulo e, segundo depoimento de Marival Chaves à CNV, teria atuado nesse período como elemento de ligação entre aquele DOI e as equipes do CIE que atuavam na Casa da Morte.

Os casos de Carlos Alberto Soares de Freitas, Antônio Joaquim Machado, Mariano Joaquim da Silva e Aluízio Palhano Pedreira são, portanto, exemplificativos da complementaridade entre os DOIs e a Casa da Morte de Petrópolis.

Nesses casos, é possível comprovar, com base em testemunhos e documentos, o translado de prisioneiros entre os DOIs do I Exército, no Rio de Janeiro, do II Exército, em São Paulo e do IV Exército, em Recife, para o centro clandestino do CIE localizado em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma, o CIE na qualidade de órgão do gabinete do Ministro do Exército com atuação em todo território nacional – sua sede, em 1971, ainda se encontrava no Rio de Janeiro – disponibilizava equipes e recursos para desenvolver operações de abrangência nacional, em coordenação direta com os comandantes dos DOIs de distintas jurisdições militares.

À época dos fatos aqui narrados, as posições de comando no Exército brasileiro eram ocupadas por:

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

- Orlando Geisel foi Ministro do Exército de 1969 a 1974;

- Milton Tavares de Souza foi Chefe do CIE de 1971 a 1974;

- Syseno Sarmento comandou o I Exército de 1969 a maio de 1971;

- Sylvio Frota comandou o I Exército de maio de 1971 a março de 1974;

- José Antônio Nogueira Belham comandou o DOI do I Exército, no Rio de Janeiro, de novembro de 1970 a 17 de maio de 1971;

- Agenor Homem de Carvalho assumiu o comando do 1º Batalhão de Policia do Exército do Rio de Janeiro em março de 1971;

- José Canavarro Pereira comandou o II Exército de abril de 1969 a 1974;

- Carlos Alberto Brilhante Ustra comandou o DOI do II Exército (São Paulo) de 28 de setembro de 1970 a 23 de janeiro de 1974;

- Augusto Fernandes Maia comandava o DOI do IV Exército (Recife) à época da prisão de Mariano Joaquim da Silva;

5. O TESTEMUNHO DE INÊS ETIENNE ROMEU

Inês Etienne Romeu, nascida em Pouso Alegre (MG) em 1942, foi bancária, líder estudantil e dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR. Recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos de 2009, na categoria de Direito à Memória e à Verdade.

Inês, a rigor não seria beneficiada pela anistia,

> *"(...) A prisão perpétua, a que fora inicialmente condenada, havia sido derrubada, mas um crime de sequestro lhe pesava nas costas, o do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, realizado pela VPR em 7 de*

> *dezembro de 1970, e que após quarenta dias obteve a libertação de setenta presos políticos, banidos para o Chile. Quando a anistia saiu, porém, sua pena de oito anos já tinha sido integralmente cumprida. Inês foi libertada no dia seguinte, em 29 de agosto de 1979. Uma semana depois, no dia 5 de setembro, compareceu à sede da OAB, no Centro do Rio de Janeiro, para registrar a denúncia."*
>
> (Cristina Chacel. *Seu amigo esteve aqui": a história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.)

Segundo sua irmã Lúcia, Inês Etienne passou na Casa da Morte de Petrópolis:

> *"96 dos piores dias de sua vida. Segundo seu relato, ela foi torturada, estuprada, submetida ao Pentotal Sódico, o chamado "soro da verdade" e, depois de cada uma de suas duas tentativas de suicídio, medicada para recuperar as forças e ser de novo supliciada. Dez anos depois, graças ao telefone 40-90, número que ouviu em uma conversa de seus carcereiros e memorizou, Inês Etienne conseguiu localizar"*
>
> (Lúcia Romeu, "A casa dos horrores", Istoé, 11 de fevereiro de 1981, in 10 reportagens que abalaram a ditadura, Molica, Fernando (organizador), Rio de Janeiro: Editor Record, 2ª. Edição, 2008)

Em relatório de 18 de setembro de 1971, apresentado ao Conselho Federal da OAB em 5 de setembro de 1979, Inês Etienne denuncia seu sequestro ocorrido:

> *"no dia 05.05.71, em São Paulo, na Avenida Santo Amaro (...), às 09 horas da manhã, por agentes comandados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Estava em companhia de um velho camponês, de codinome "Primo", com quem tinha encontro marcado desde abril. Assistiu impassível à minha prisão, sem ser molestado. Levada para o DEOPS, iniciou-se o interrogatório. O camponês, que era da região de Imperatriz, já havia denunciado um encontro marcado entre ele e José Raimundo da Costa, no qual compareceria também Palhano, ex-líder dos bancários do Rio de Janeiro, para o dia seguinte. Confirmei a informação e disse que desde o dia 10.03 deste ano estava desligada do movimento e me preparava para deixar o país. Em seguida, fui levada à sala de torturas, onde me colocaram no 'pau de arara' e me espancaram barbaramente. Foram aplicados choques elétricos na cabeça, pés e mãos. Queriam conhecer o meu endereço na Guanabara,*

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

mas consegui, apesar de tudo, ocultá-lo, para proteger uma pessoa que lá se encontrava."
(Acervo da CNV, documento no. 00092_000660_2013_31_vol. 1)

6. O TRANSLADO DE INÊS ETIENNE PARA A CASA DA MORTE DE PETRÓPOLIS

Inês relatou que, na tarde do dia 5 de maio de 1971, foi levada para o Rio de Janeiro:

"de automóvel. Chegamos por volta de vinte e uma horas, parando, inicialmente, em frente ao Ministério da Guerra, na Av. Presidente Vargas, quando, do carro, desceu um indivíduo que se dirigiu ao interior do Ministério, pela entrada destinada aos carros e de lá regressou em companhia de um outro, a paisana, que se incorporou ao grupo. Seguimos, então, para uma Delegacia situada na Av. Suburbana, próxima ao Largo dos Pilares, onde fui colocada numa cela. Meia hora depois, levaram-me para fazer o reconhecimento do local do "encontro". Eu havia dito que teria que andar uns trezentos metros, atravessando, inclusive, o Viaduto de Cascadura. Retornei à Delegacia onde passei a noite, ouvindo gritos e espancamentos de presos comuns que lá se encontravam. No dia seguinte, seis de maio, ao me aprontar para o "encontro", fizeram-me calçar meias para ocultar as marcas de espancamento, bem visíveis, em minhas pernas.

Às doze horas fui para o local e atirei-me sob as rodas de um ônibus. Semi-consciente, fui levada pelos policiais para o Hospital da Vila Militar, onde recebi transfusão de sangue. Quase imediatamente, fui transferida para o Hospital Carlos Chagas e atendida por duas enfermeiras e médicos jovens. Ao ser feita a ficha de entrada, disse o meu nome e declinei minha condição de presa política. Fui desmentida por um policial que disse ser meu parente e que eu me chamava Maristela de Castro, fornecendo, inclusive, minha filiação. Neste hospital permaneci somente o tempo necessário aos primeiros socorros (suturas etc). Logo fui transportada para o Hospital Central do Exército onde tiraram radiografias de minha bacia, constatando-se não haver fraturas e que os ferimentos que tinha no corpo, queimaduras de terceiro grau, foram consequência de ter sido arrastada pela roda traseiro do ônibus. Quando do preenchimento da ficha no H.C.E. forneci

meu nome verdadeiro, filiação, idade, etc., novamente declinando minha condição de presa política e as circunstancias do acidente.

"Após medicada, informaram-me que eu teria alta em cinco dias. Na mesma noite, isto é, no dia seis, os agentes invadiram meu quarto e tentaram me interrogar, sendo impedidos pelo médico que me assistia. Dialogaram asperamente e um dos agentes disse aos berros que "estávamos em guerra" e que não poderia haver obstáculos legais para o que faziam. Mas o médico proibiu o interrogatório dizendo que só poderiam fazê-lo com permissão do Diretor do H.C.E. No dia sete de maio fui visitada, em horários alternados, pelo Diretor do H.C.E., por um psiquiatra e por um Capitão do Exército, que queriam saber sobre a minha saúde".

No dia 8 de maio de 1971, Inês Etienne Romeu é levada para uma casa que ela não sabe onde fica, e que Sérgio Ferreira, primo de Carlos Alberto Soares de Freitas, a ajudaria localizar quase dez anos mais tarde: a Casa da Morte, situada na rua Arthur Barbosa nº 668.

Sobre seu translado a Petrópolis no dia 8 de maio de 1971, Inês denuncia:

"No dia seguinte, entre oito e nove horas, retiraram-me à força do Hospital e jogaram-me numa caminhonete C-14 que estava estacionada no pátio do Hospital. Deitada e com os olhos vendados, fui conduzida para uma casa que, com o decorrer do tempo, descobri situar-se em Petrópolis, e cujo telefone é quatro mil e noventa (creio ser uma extensão do telefone do vizinho, ao que parece o locador da casa; diariamente, este indivíduo a quem os agentes chamavam Mário, visitava o local e mantinha relações cordiais com os seus moradores. Mário é estrangeiro - possivelmente um alemão – e vive em companhia de uma irmã. Possui um cão dinamarquês, cujo nome é Kill; embora não participe pessoalmente das atividades e das atrocidades cometidas naquele local, tem delas pleno conhecimento). Seu nome é Mário Lodders. Telefones e endereços atuais: 423254 e 426119 - Rua Arthur Barbosa 120 e 668a - Petrópolis – RJ.

(..) Ainda durante a viagem, iniciou-se o interrogatório. Recebi todo o tipo de ameaças, inclusive a de que estava me reservado o mesmo tipo de tratamento dado pelo Esquadrão da Morte: sevícia e morte. Eu estava traumatizada e sentia dores fortíssimas em decorrência do atropelamento, além de um profundo sentimento de frustração por não ter morrido; temia não suportar as torturas.

"(...) Chegando ao local, uma casa de fino acabamento, fui colocada numa cama de campanha, ***cuja roupa estava marcada com as iniciais do C.I.E.***

(Centro de Informação do Exército), *onde o interrogatório continuou, sob a direção de um dos elementos que me torturara em São Paulo."*

7. LOCALIZAÇÃO DA CASA DA MORTE E RECONHECIMENTO DE SEU PROPRIETÁRIO MARIO LODDERS POR INÊS ETIENNE

É para Sergio Ferreira, primo do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, que Inês começa a contar a história que Inês testemunhou e preservou na memória.

Sergio visitou Inês na prisão, em julho de 1978, quando ela lhe confidenciou:

> *"ser capaz de identificar a casa onde, oito anos antes, fora mantida em cárcere privado por 96 dias, de 8 de maio a 11 de agosto de 1971. Diz que, pelo tempo e as curvas percebidas na viagem a bordo da C-14, é quase certo que ela se localize em alguma cidade serrana próxima ao Rio. Diz também que o proprietário do imóvel se chama Mário, nome que um agente deixou escapar e que ela guardou durante aqueles oito anos. E diz mais: que uma ou duas vezes ela o viu na casa. Em uma delas, inclusive, ele lhe ofereceu uma barra de chocolate. Mário, o proprietário, tinha pleno conhecimento das atividades ali desenvolvidas. Por fim, Inês revela a Sergio que, certa vez, ouviu um torturador dizer o número do telefone da casa ao atender a uma chamada: 3254."*
>
> *"Com um prenome e quatro números, Sergio saiu em campo. A cidade serrana poderia ser Friburgo, Petrópolis ou Teresópolis. Pela proximidade maior do Rio, decidiu começar por Petrópolis. Continua Sergio:*
>
> *- Aí eu fui pra Petrópolis e peguei o catálogo telefônico de 1976. O telefone estava lá. Olhei o nome. Tinha Mário, seguido de uma porção de letrinhas no meio, só iniciais, e o sobrenome Lodders. Anotei. Ligo para o meu irmão, Arthur, que trabalhava no Ministério da Fazenda e havia participado da criação do Cadastro de Pessoa Física (CPF), em 1969, e peço: "Veja, pelo CPF, quantos Mário Lodders existem no Brasil". Meu irmão investiga. Pra nossa sorte, só tem um CPF com o nome de Mário Lodders."*

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

> *"Confirmado: mesmo telefone. Só tem um cara no Brasil com aquele nome, que é um nome comum na Alemanha. Volto pra prisão e falo pra Inês: "É Petrópolis, o telefone é o mesmo e o proprietário se chama Mário Lodders".*
>
> *"Era preciso, porém, confirmar diretamente no endereço associado ao número de telefone: rua Arthur Barbosa n. 120. É quando aparece, na história, o jornalista Antonio Henrique Lago, o Laguinho, filho do compositor e ator Mário Lago, então repórter da sucursal carioca da Folha de S. Paulo, que, contatado por Sergio, aceita, de imediato, participar da investigação. Quando chega ao local indicado, acompanhado de fotógrafo do jornal, tem sua presença anunciada pelos latidos de uma matilha de dinamarqueses. Dissimulada, a equipe jornalística age como se estivesse ali retida por um problema mecânico no carro, ainda que não fosse crível o enguiço em uma rua erma, sem saída, onde só circulavam moradores ou amigos dos moradores. É o tempo necessário para o fotógrafo "roubar" algumas fotos da fachada da casa, a última da rua."*
>
> (Cristina Chacel. "Seu amigo esteve aqui": a história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.)

A CNV localizou Memorando nº 395, de 8 de março de 1983, do Chefe do SNI para a Agência Central, que demonstra a preocupação do CIE, do SNI e do comando do I Exército com a localização da Casa da Morte Petrópolis e o reconhecimento de seu proprietário Mário Lodders por Inês Etienne.

> *"Em suas diversas idas a PETRÓPOLIS, localizou o indivíduo <u>MARIO LODDERS</u> "o alemão", que os "torturadores" chamavam de "Mario" e que lhe teria dado uma barra de chocolate, quando presa;*
>
> *"(...)MÁRIO LODDERS declarou que não se lembrava da nominada e que, àquela época, teria cedido a casa de nº 668-A ao Cmt FERNANDO AYRES DA MOTTA, interventor em PETROPOLIS, em 1964. Segundo ele, anteriormente, um grupo de rapazes, em trajes civis e parecendo militares, teria tentado alugar sua casa, quando não autorizou em razão de uma cláusula no contrato que permitiria a realização de reuniões políticas"*

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

"(...)FERNANDO SÉRGIO AYRES DA MOTTA, EX-COMANDANTE da PANAIR DO BRASIL, afirmou que MÁRIO LODDERS não lhe cedeu, para qualquer fim, a casa Nº 668-A da Rua ARTUR BARBOSA, no período de 1971; somente entre Nov. 73 e Fev. 78 a casa esteve sob contrato de aluguel, com opção de compra para seu filho FERNANDO EDUARDO AYRES MOTTA, atual presidente da seccional da OAB, em PETROPOLIS;

"Existiria, anteriormente, uma disputa judicial entre MÁRIO LODDERS e FERNANDO EDUARDO AYRES MOTTA, pois o primeiro não cumpriu a cláusula do contrato de opção de compra;

"Uma ação de interpelação contra o proprietário da casa MÁRIO LODDERS, teria sido ajuizada na 3ª Vara Cível de PETROPOLIS; o comandante FERNANDO SÉRGIO AYRES MOTTA teria sido citado com intermediário;(...)"

(Arquivo Nacional, BR_AN_BSB_AC_ACE 31645/83, Fundo SNI)

Ainda no mesmo memorando, pode-se verificar como a Agência do SNI no Rio de Janeiro foi acionada pelo Chefe do SNI para interferir no andamento da ação judicial que Inês Etienne moveu contra Mario Lodders, por haver ele cedido aos militares o imóvel no qual foi torturada e mantida prisioneira por 96 dias:

"(...) ***PROVIDÊNCIAS TOMADAS***

- A ARJ/SNI foi acionada para acompanhar a assunto, em particular, o caso da ação de interpelação, na 3ª Vara cível de PETRÓPOLIS;

- O CIE está acompanhando o assunto, fazendo os necessários contatos.

- A ARJ informou que foi confirmada a existência de uma ação na 3ª Vara Cível de PETRÓPOLIS contra o proprietário da casa, o qual, espontaneamente, procurou o Btl de PETRÓPOLIS para prestar declarações.

O I Ex, a Bda e o Btl de Petrópolis estão acompanhando o problema de perto.(...)"

(Arquivo Nacional, BR_AN_BSB_AC_ACE 31645/83, Fundo SNI)

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

Nesse mesmo documento está sugerida a vinculação entre Agenor Homem de Carvalho, comandante do 1º. Batalhão da Polícia do Exército do Rio de Janeiro e a Casa da Morte de Petrópolis:

> *"(...) O Cel HOMEM DE CARVALHO procurou o chefe da ARJ [SNI agência Rio de Janeiro] informando que está sendo assediado pela revista Isto É, VEJA e o jornal Folha de São Paulo que desejam entrevistá-lo".*
>
> *"(...) O referido oficial informou, ainda, que pretende "sumir por uns tempos" até que o problema seja resolvido e foi alertado, pela ARJ, que deveria procurar o I Exército(...)"*
>
> (Arquivo Nacional, BR_AN_BSB_AC_ACE 31645/83, Fundo SNI)

8. BREVE HISTÓRICO DO IMÓVEL QUE ABRIGOU A CASA DA MORTE DE PETRÓPOLIS

A casa localizada na Rua Arthur Barbosa n° 668, hoje n° 50, do Bairro Caxambú, na cidade de Petrópolis/RJ, onde funcionou a chamada "Casa da Morte", pertencia à empresa Vista Alegre Mediadora S.A., cuja Diretora era a Sra. Magdalena Lodders, irmã de Mario Lodders. A empresa controlada pela família Lodders também possuía o imóvel localizado no número 120 na mesma rua e que era utilizado como residência pelos irmãos Mario e Magdalena.

Durante o período de 1971 a 1978, a casa 668 foi cedida informalmente por Mario Lodders (irmão de Magdalena) a Fernando Ayres da Motta, ex-interventor na Prefeitura de Petrópolis (1965/1966). Este último teria cedido o imóvel para utilização pelo Centro de Informações do Exército no período de 1971 a 1974.

Mario Lodders, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, em 4 de fevereiro de 1981, afirmou que a casa esteve alugada ao ex-interventor de Petrópolis, ex-comandante da Panair Fernando Ayres da Mota, de 1971 a 1978:

> *"Fui procurado por um grupo que parecia paramilitar e que queria alugar a casa. Eu precisava de dinheiro. Mas eles me trouxeram um contrato que impunha muitas condições, queriam fazer reuniões políticos. Pouco tempo depois, fui procurado pelo comandante Ayres da Mota. Ele me pediu a casa emprestada, disse que era para seu filho recém casado morar. Mas o filho demorou a vir e, enquanto isso, apareciam pessoas, rapazes, havia muito movimento. E quando eu quis a casa de volta, tive de entrar com ação e ainda dei uma indenização de*

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

> *200 mil cruzeiros a ele para que desocupasse a cãs, que depois vendi para um engenheiro".*
>
> Mario Lodders morreu em 2008 e Magdalena Lodders em 2012.

De 5 a 8 de março de 2014, equipe de peritos da Comissão Nacional da Verdade realizou conjunto de diligências em Petrópolis, que incluiu vistoria do imóvel localizado na rua Arthur Barbosa, no. 50, realizada em coordenação com a administração municipal de Petrópolis, representada pelo Procurador-Geral do Município Marcus São Tiago. A vistoria realizada pela CNV foi a primeira a contemplar o imóvel em sua totalidade. O atual morador da casa, Sr. Renato Firmento de Noronha, não permitiu, no entanto, que os peritos da CNV tirassem fotografias ou realizassem filmagens no interior da casa.

9. MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS MENCIONADOS NO DEPOIMENTO DE INÊS ETIENNE ROMEU

Inês Etienne Romeu listou nove nomes de desaparecidos políticos sobre os quais ela teve notícia durante os três meses em que resistiu na Casa da Morte. Destes, seis teriam sido assassinados em Petrópolis: **Carlos Alberto Soares de Freitas, Mariano Joaquim da Silva, Aluízio Palhano Pedreira, Heleny Telles Ferreira Guariba, Walter Ribeiro Novais e Paulo de Tarso Celestino da Silva.**

Outros três desaparecidos políticos foram mencionados por torturadores e carcereiros de Inês em Petrópolis, mas as investigações da CNV não encontraram elementos que permitam inferir que tenham passado pela Casa da Morte: **Ivan Mota Dias, José Raimundo da Costa e o deputado Rubens Paiva.**

Marilena Villas Boas Pinto é a única vítima da Casa da Morte de Petrópolis, mencionada no testemunho de Inês Etienne Romeu, cuja família conseguiu, após muitas dificuldades, resgatar o corpo no Hospital Central do Exército (HCE) e realizar o enterro, em 8 de abril, no Cemitério São Francisco Xavier. Seu caixão foi entregue à família lacrado e o enterro contou com a presença ostensiva de militares à paisana, intimidando familiares e amigos e fazendo provocações.

Marilena nasceu em 8 de julho de 1948, no Rio de Janeiro (RJ), era estudante de Psicologia na Universidade Santa Úrsula. Militou na Ação Libertadora Nacional (ALN) e, posteriormente, ligou-se ao MR-8. Foi morta em 3 de abril de 1971.

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

Como testemunho da morte de Marilena sob torturas, há o depoimento de Inês Etienne Romeu, que teve ciência da sua morte quando esteve internada para tratamento no Hospital Geral do Exército (HCE) do Rio de Janeiro. Foi quando Inês ouviu de um médico o relato da noite em que estava de plantão e Marilena chegou para atendimento médico, mas já estava morta.

Marilena foi levada para a Casa da Morte de Petrópolis, conforme relato de Inês Etienne, divulgado em 1981. A pedido da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Inês ratificou a denúncia, em abril de 1997:

> *"confirmo integralmente o meu depoimento de próprio punho, sobre fatos ocorridos na casa em Petrópolis (RJ), onde fiquei presa de 8 de maio a 11 de agosto de 1971. Esse depoimento é parte integrante do Caso n.º MJ-7252/81 do CDDPH, do Ministério da Justiça. Nesse depoimento está registrado que "doutor Pepe" contou que Marilena Villas Boas Pinto estivera naquela casa [Casa da Morte] e que fora, como Carlos Alberto Soares Freiras, condenada à morte e executada. Declaro ainda que estive internada no HCE, no Rio de Janeiro-RJ, de 6 a 8 de maio, e que Marilena Villas Boas Pinto havia chegado morta ao HCE;* ***que no dia 8 de maio, na casa de Petrópolis, o "Dr. Pepe" disse que Marilena havia morrido exatamente na mesma cama de campanha onde eu me encontrava, afirmando também que, embora baleada, Marilena tinha sido dura."***

No atestado de óbito de Marilena, consta a morte em 3 de abril de 1971, no HCE.

Além de Carlos Alberto Soares de Freitas, Antônio Joaquim Machado, Mariano Joaquim da Silva e Aluízio Palhano Pedreira, cujos desaparecimentos foram tratados no item 4 deste Relatório, o depoimento de Inês Etienne Romeu menciona o nome de mais três militantes desaparecidos, sequestrados por agentes do DOI no Rio de Janeiro em 12 de julho de 1971 e executados na Casa da Morte de Petrópolis: **Walter Ribeiro Novais, Heleny Telles Ferreira Guariba e Paulo de Tarso Celestino da Silva.**

Inês Etienne conta que no mês de julho estiveram na casa de Petrópolis dois militantes da VPR e um dirigente da ALN. O primeiro, da VPR, ela acredita tratar-se de Walter Ribeiro Novais, salva-vidas do Serviço de Salvamento Marítimo, no Rio de Janeiro. O agente "Márcio" afirmou à Inês que o tinham matado. Ela se recorda que entre 8 e 14 de julho houve uma ruidosa comemoração na casa, em virtude de sua morte.

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

Segundo Inês Etienne, a militante da VPR presa na Casa de Petrópolis no mês de julho de 1971 era Heleny Guariba. Ela foi torturada durante três dias, inclusive com choques elétricos na vagina.

Segundo Inês Etienne, o dirigente da ALN era Paulo de Tarso Celestino. Ele foi torturado por quarenta e oito horas, pelos oficiais Freddie Perdigão Pereira, Rubens Paim Sampaio ("doutor Teixeira") e "doutor Guilherme" e pelos agentes Rubens Gomes Carneiro (o Laecato Boa-Morte), Ubirajara Ribeiro de Souza (o "Zé Gomes") e "Camarão". Segundo Inês, "colocaram-no no pau de arara, deram-lhe choques elétricos, obrigaram-no a ingerir uma quantidade grande de sal. Durante muitas horas eu o ouvi suplicando por um pouco d'água."

A CNV localizou no Arquivo Nacional a informação nº 2962/71, do CIE, de 6 de dezembro de 1971, que difundiu que o delegado regional de Petrópolis estava em posse de documentos de Paulo de Tarso Celestino da Silva. Nos termos literais do documento: *"as fotografias das carteiras de identidade encontradas pertencem ao terrorista, da ALN, Paulo de Tarso Celestino".*

Para justificar a posse dos documentos pela autoridade policial de Petrópolis, a informação nº 2962/71 apresenta uma versão incomum: o documento teria sido casualmente entregue ao delegado por uma prostituta, que o teria encontrado em uma lata de talco em um prostíbulo de Juiz de Fora/MG.

A data da informação, 6 de dezembro de 1971, é de pouco depois de 4 meses após o desaparecimento de Paulo de Tarso Celestino, preso por agentes do DOI do I Exército, no Rio de Janeiro, ao lado de Heleny Ferreira Telles Guariba.

Na difusão dessa informação, o CIE, que admite a posse de documentos de um desaparecido político na região de Petrópolis, procura justificar-se pelo fato de que Paulo de Tarso Celestino estaria usando em seu nome documento do Ministério da Guerra, com dados verdadeiros do militar Geraldo Franco.

(Arquivo Nacional, BR NA BSB, V8. AC_ACE_40868_71)

Inês Etienne Romeu, em seu relatório sobre o período em que esteve sequestrada no centro clandestino de Petrópolis, declara que o torturador a quem conhecia "doutor Guilherme" lhe afirmou que o dirigente da VPR Ivan Mota Dias iria ser preso em 15 de maio de 1971. Posteriormente, o mesmo agente lhe disse que Ivan tinha sido morto.

Alex Polari de Alverga, que estava preso na Base Aérea do Galeão em maio de 1971, à época dos sequestros de Stuart Angel e Ivan Mota Dias, declarou ter ouvido o serviço de alto-falante da base anunciar a prisao de Ivan, conhecido como ¨Comandante Cabanos".

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

Ex-sargento da Marinha e dirigente da VPR, José Raimundo da Costa foi uma das vítimas do agente infiltrado José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo. Esse fato foi comprovado por documento do DOPS-SP, onde Anselmo menciona seus encontros com José Raimundo e registra as possibilidades de contatos com ele.

Inês Etienne Romeu, no relatório que escreveu sobre o período em que esteve sequestrada no sítio clandestino de Petrópolis, afirma que em 4 de agosto de 1971 ouviu o carcereiro "Laurindo" informar aos agentes policiais "Bruno" e " Cesar" que José Raimundo da Costa havia sido preso numa barreira. Posteriormente, outro carcereiro, "Doutor Pepe", lhe disse que José Raimundo foi morto 24 horas após sua prisão, numa encenação montada em uma rua no Rio de Janeiro.

A versão oficial dos órgãos de segurança sobre a morte de José Raimundo da Costa é de que ele reagiu à prisão e foi morto por agentes do CIE, em 5 de agosto de 1971, no bairro de Pilares, no Rio de Janeiro.

No relatório do caso para a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, Suzana Keniger Lisboa sustentou que "considerando-se como provas o depoimento de Inês Etienne, as evidentes marcas de algemas nos pulsos, as contradições entre os documentos do Instituto Carlos Éboli e do DOPS, o laudo com nome falso e o enterro como indigente e, acima de tudo, o controle a que estava submetido José Raimundo dos Santos nos contatos com o agente infiltrado José Anselmo dos Santos e a necessidade extrema de eliminá-lo para poder dirigir a VPR, fica evidenciado que a versão de tiroteio divulgada pelos órgãos de repressão serviu para encobrir o assassinato sob torturas de José Raimunda da Costa."

Perguntado a respeito do paradeiro do ex-deputado Rubens Paiva, em entrevista à revista VEJA, de 18 de novembro de 1992, o ex-agente do CIE e do DOI CODI do II Exército, em São Paulo, Marival Chaves Dias Canto declarou que

> "(...)*Ele foi levado por um destacamento do I Exército para a casa de Petrópolis, onde o mataram. Usaram o método de cortar o corpo aos pedaços e enterrar em locais diferentes*".

Em 2009, em depoimento ao documentário "Perdão, Mister Fiel", de Jorge de Oliveira, **Marival Chaves** reiterou a afirmação de que o corpo de Rubens Paiva foi esquartejado na Casa da Morte de Petrópolis.

Em depoimento na sede da CNV, em Brasília, em 7 de fevereiro de 2014, Marival Chaves esclareceu suas afirmações a respeito do destino que teria sido dado ao corpo de Rubens Paiva em Petrópolis. Segundo Chaves, suas declarações não se baseavam em informações específicas a respeito do caso Rubens Paiva, mas em deduções lógicas a partir de informações sobre os métodos de ocultação de cadáveres na Casa da Morte de Petrópolis que recebeu do ex-cabo do Exército **Félix Freire Dias**.

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

Félix Freire Dias, que teria usado na Casa da Morte o codinome de Magno ou Magro, foi ouvido pela CNV em 31 de outubro de 2013.

Freire Dias foi apontado por Marival Chaves Dias do Canto, com quem trabalhou no CIE, em Brasília, na década de 1980, e também por Cláudio Guerra, pela prática de esquartejar os corpos de militantes mortos. Segundo Guerra, "ele [o cabo Félix Freire] não só matava e serrava os mortos como punha um ácido para acabar com os corpos." (GUERRA, 2012, p. 60-61)

Perante a CNV, Félix Freire Dias negou essas acusações e declarou não haver participado de equipes do CIE com atuação na Casa de Petrópolis. Reconheceu, no entanto, haver trabalhado subordinado a Paulo Malhães e a José Brant Teixeira, em Brasília. Félix Freire também reconheceu haver trabalhado como motorista em missões nas décadas de 1970 e 1980 realizadas por José Brant Teixeira na região de Xambioá, atualmente no estado do Tocantins (que fazia parte de Goiás à época dos acontecimentos narrados pelo depoente).

10. DENÚNCIAS DE DESAPARECIMENTOS POSTERIORES AO DEPOIMENTO DE INÊS ETIENNE QUE PODERIAM ESTAR VINCULADAS AO CENTRO CLANDESTINO DE TORTURA E EXTERMÍNIO DE PETRÓPOLIS

CELSO GILBERTO DE OLIVEIRA
Militante da Vanguarda Popular Revolucionária — VPR
Desaparecido em 30/12/1970

ANTÔNIO JOAQUIM SOUZA MACHADO
Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares — VAR-Palmares
Desaparecido em 15/02/71

JOÃO BATISTA RITA
Militante da Marx, Mao, Marighella e Guevara - M3G
Desaparecido em 05/12/73

JOAQUIM PIRES CERVEIRA
Militante da Frente de Libertação Nacional – FLN
Desaparecido em 05/12/73

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

EDUARDO COLLIER FILHO
Militante da Ação Popular Marxista Leninista— APML
Desaparecido em 23/02/74

FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA
Militante da Ação Popular Marxista Leninista— APML
Desaparecido em 23/02/74

DAVID CAPISTRANO DA COSTA
Dirigente do Partido Comunista Brasileiro - PCB
Desaparecido em 16/03/74

JOSÉ ROMAN
Dirigente do Partido Comunista Brasileiro - PCB
Desaparecido em 16/03/74

ANA ROSA KUCINSKI SILVA
Militante da Ação Libertadora Nacional – ALN
Desaparecida em 22/04/74

WILSON SILVA
Dirigente da Ação Libertadora Nacional – ALN
Desaparecido em 22/04/74

WALTER DE SOUZA RIBEIRO
Dirigente do Partido Comunista Brasileiro - PCB
Desaparecido em 03/04/74

THOMAZ ANTONIO DA SILVA MEIRELLES NETO
Dirigente da Ação Libertadora Nacional – ALN
Desaparecido em 07/05/74

ISSAMI NAKAMURA OKANO
Militante da Ação Libertadora Nacional – ALN
Desaparecido em 14/05/74

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

11. TORTURADORES E CARCEREIROS IDENTIFICADOS POR INÊS ETIENNE ROMEU ANTE A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE EM 15/03/2014

Em 15 de março de 2014, mediante a apresentação de fotografias de agentes da repressão pela Comissão Nacional da Verdade, Inês Etienne Romeu reconheceu, com precisão, alguns de seus torturadores e carcereiros na Casa da Morte de Petrópolis. Também participaram do encontro Sérgio Soares Xavier Ferreira e Anita Romeu, irmã de Inês.

Foram os seguintes os torturadores e carcereiros identificados:

1. FREDDIE PERDIGÃO PEREIRA ("DOUTOR ROBERTO")

Nascido em 1936 e morto em 1997. Freddie Perdigão, o "doutor Roberto" da Casa da Morte, é indicado por Inês Etienne como um de seus mais violentos torturadores. Natural do Rio de Janeiro, concluiu a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1958.

Trabalhou no Gabinete dos Ministros do Exército Lyra Tavares e Orlando Geisel, no Rio de Janeiro, de 19 de julho de 1968 a 2 de março de 1972. Serviu no DOI do II Exército, em São Paulo, de 12 de fevereiro de 1973 a 7 de janeiro de 1975, sob o comando de Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Maciel.

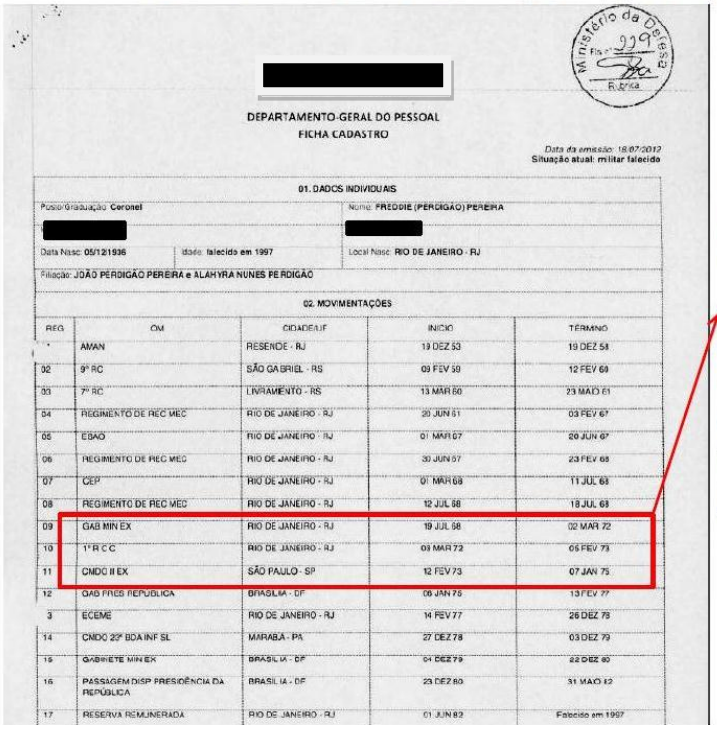
Segundo depoimento à CNV do ex-agente do DOI Marival Chaves, Freddie Perdigão, no período em que trabalhou com Ustra, serviu como agente de ligação entre o DOI de São Paulo e a Casa da Morte de Petrópolis.

Em depoimento à Comissão da Verdade "Rubens Paiva" de São Paulo, em maio de 2013, o ex-paraquedista Valdemar Martins de Oliveira afirmou ter presenciado Perdigão executar o casal Catarina Abi-Eçab e João Antônio dos Santos Abi-Eçab: "o coronel Freddie Perdigão deu um tiro na nuca de um e outro tiro na nuca do outro".

Perdigão comandou e participou de diversas ações da repressão e atentados terroristas, como o do Riocentro, em 1981.

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

FREDDIE PERDIGÃO PEREIRA ("DOUTOR ROBERTO")



[redacted]

DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL
FICHA CADASTRO

Data da emissão: 18/07/2012
Situação atual: militar falecido

01. DADOS INDIVIDUAIS

Posto/Graduação: Coronel | Nome: FREDDIE (PERDIGÃO) PEREIRA

[redacted] | [redacted]

Data Nasc: 05/12/1936 | Idade: falecido em 1997 | Local Nasc: RIO DE JANEIRO - RJ

Filiação: JOÃO PERDIGÃO PEREIRA e ALAHYRA NUNES PERDIGÃO

02. MOVIMENTAÇÕES

REG	OM	CIDADE/UF	INICIO	TÉRMINO
	AMAN	RESENDE - RJ	19 DEZ 53	19 DEZ 58
02	9º RC	SÃO GABRIEL - RS	09 FEV 59	12 FEV 60
03	7º RC	LIVRAMENTO - RS	13 MAR 60	23 MAIO 61
04	REGIMENTO DE REC MEC	RIO DE JANEIRO - RJ	20 JUN 61	03 FEV 67
05	EBAO	RIO DE JANEIRO - RJ	01 MAR 67	20 JUN 67
06	REGIMENTO DE REC MEC	RIO DE JANEIRO - RJ	30 JUN 67	23 FEV 68
07	CEP	RIO DE JANEIRO - RJ	01 MAR 68	11 JUL 68
08	REGIMENTO DE REC MEC	RIO DE JANEIRO - RJ	12 JUL 68	18 JUL 68
09	GAB MIN EX	RIO DE JANEIRO - RJ	19 JUL 68	02 MAR 72
10	1º R C C	RIO DE JANEIRO - RJ	03 MAR 72	05 FEV 73
11	CMDO II EX	SÃO PAULO - SP	12 FEV 73	07 JAN 75
12	GAB PRES REPÚBLICA	BRASÍLIA - DF	08 JAN 75	13 FEV 77
3	ECEME	RIO DE JANEIRO - RJ	14 FEV 77	26 DEZ 78
14	CMDO 22º BDA INF SL	MARABÁ - PA	27 DEZ 78	03 DEZ 79
15	GABINETE MIN EX	BRASÍLIA - DF	04 DEZ 79	22 DEZ 80
16	PASSAGEM DISP PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	BRASÍLIA - DF	23 DEZ 80	31 MAIO 82
17	RESERVA REMUNERADA	RIO DE JANEIRO - RJ	01 JUN 82	Falecido em 1997

Freddie Perdigão Pereira, lotado no Gabinete do Ministro do Exército de 19 de julho de 1968 a 2 de março de 1972 e no Comando do II Exército, em São Paulo, de 12 de fevereiro de 1973 a 7 de janeiro de 1975

(ACERVO DA CNV)

2. RUBENS PAIM SAMPAIO ("DOUTOR TEIXEIRA")

79 anos, Tenente Coronel da reserva. Em 4 de agosto de 1970, foi nomeado Oficial de Gabinete do Ministro do Exército Orlando Geisel, no Rio de Janeiro, permanecendo no cargo por aproximadamente 4 anos, até 10 de julho de 1974.

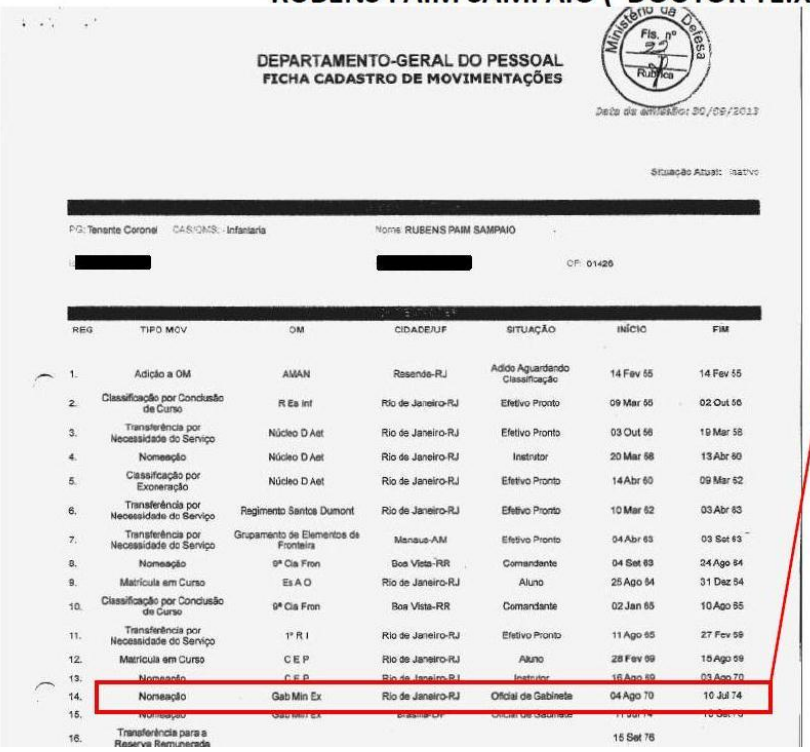
Em 11 de julho de 1974, foi removido para Brasília, ainda na função de Oficial de Gabinete do Ministro do Exército Sylvio Frota, onde permaneceu até 15 de setembro de 1976.

Usava o codinome de "doutor Teixeira" e participou de diversas operações do Centro de Informações do Exército (CIE) comandado pelo general Milton Tavares de Souza, entre as quais a prisão, tortura e desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva em janeiro de 1971, e o massacre do grupo de Onofre Pinto, em 1974, na fronteira do Brasil com a Argentina.

Em Petrópolis, no começo de julho de 1971, Rubens Paim Sampaio disse a Inês Etienne que Mariano Joaquim da Silva foi executado, pois pertencia ao Comando da VAR-Palmares, sendo considerado irrecuperável pelos agentes da repressão. Inês também testemunhou que Rubens Paim Sampaio participou, em julho de 1971, das torturas do preso político Paulo de Tarso Celestino, também na Casa da Morte.

Segundo o tenente médico Amilcar Lobo, Rubens Paim Sampaio executou Victor Luiz Papandreu na Casa da Morte de Petrópolis, com um tiro na cabeça.

RUBENS PAIM SAMPAIO ("DOUTOR TEIXEIRA")



DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL
FICHA CADASTRO DE MOVIMENTAÇÕES

Ministério da Defesa — Fls. nº 29 — Rubrica

Data da emissão: 30/09/2013

Situação Atual: Ativo

[redacted]

P/G: Tenente Coronel CA/SIOMS: Infantaria Nome: RUBENS PAIM SAMPAIO

[redacted] [redacted] CP: 01426

[redacted]

REG	TIPO MOV	OM	CIDADE/UF	SITUAÇÃO	INÍCIO	FIM
1.	Adição a OM	AMAN	Resende-RJ	Adido Aguardando Classificação	14 Fev 55	14 Fev 55
2.	Classificação por Conclusão de Curso	R Ea Inf	Rio de Janeiro-RJ	Efetivo Pronto	09 Mar 55	02 Out 56
3.	Transferência por Necessidade do Serviço	Núcleo D Aet	Rio de Janeiro-RJ	Efetivo Pronto	03 Out 56	19 Mar 58
4.	Nomeação	Núcleo D Aet	Rio de Janeiro-RJ	Instrutor	20 Mar 58	13 Abr 60
5.	Classificação por Exoneração	Núcleo D Aet	Rio de Janeiro-RJ	Efetivo Pronto	14 Abr 60	09 Mar 62
6.	Transferência por Necessidade do Serviço	Regimento Santos Dumont	Rio de Janeiro-RJ	Efetivo Pronto	10 Mar 62	03 Abr 63
7.	Transferência por Necessidade do Serviço	Grupamento de Elementos de Fronteira	Manaus-AM	Efetivo Pronto	04 Abr 63	03 Set 63
8.	Nomeação	9ª Cia Fron	Boa Vista-RR	Comandante	04 Set 63	24 Ago 64
9.	Matrícula em Curso	Es A O	Rio de Janeiro-RJ	Aluno	25 Ago 64	31 Dez 64
10.	Classificação por Conclusão de Curso	9ª Cia Fron	Boa Vista-RR	Comandante	02 Jan 65	10 Ago 65
11.	Transferência por Necessidade do Serviço	1º R I	Rio de Janeiro-RJ	Efetivo Pronto	11 Ago 65	27 Fev 69
12.	Matrícula em Curso	C E P	Rio de Janeiro-RJ	Aluno	28 Fev 69	15 Ago 69
13.	Nomeação	C E P	Rio de Janeiro-RJ	Instrutor	16 Ago 69	03 Ago 70
14.	Nomeação	Gab Min Ex	Rio de Janeiro-RJ	Oficial de Gabinete	04 Ago 70	10 Jul 74
15.	Nomeação	Gab Min Ex	Brasília-DF	Oficial de Gabinete	11 Jul 74	15 Set 75
16.	Transferência para a Reserva Remunerada				15 Set 75	

Rubens Paim Sampaio: em 4 de agosto de 1970, foi nomeado Oficial de Gabinete do Ministro do Exército Orlando Geisel, no Rio de Janeiro, permanecendo no cargo até 10 de julho de 1974.

(ACERVO DA CNV)

3. UBIRAJARA RIBEIRO DE SOUZA ("ZÉ GOMES OU ZEZÃO")

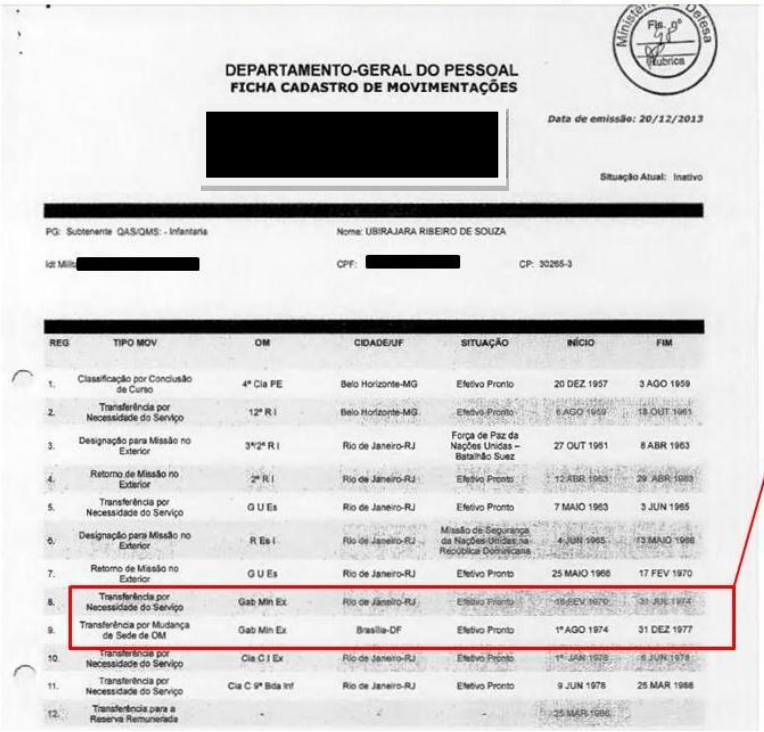
Natural de Belo Horizonte, 77 anos, (Subtenente de Infantaria, na reserva). Nos anos de 1965 e 1966, participou da Missão de Segurança das Nações Unidas na República Dominicana, que se seguiu à intervenção norte-americana que derrubou o governo democrático de Juan Bosch.

Em 17 de fevereiro de 1970, foi transferido ao Gabinete do Ministro do Exército Orlando Geisel, no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 31 de julho de 1974. De 1º de agosto de 1974 a 31 de dezembro de 1977, serviu no Gabinete do Ministro do Exército Sylvio Frota, em Brasília.

Inês ouviu do então sargento Ubirajara Ribeiro de Souza (codinomes Zé Gomes e Zezão), que Carlos Alberto Soares de Freitas, o Beto, o reconheceu, pois haviam jogado basquete em Minas Gerais. Beto era da equipe do Minas Tênis Clube e Ubirajara defendeu o Esporte Clube Ginástico.

Ubirajara disse à Inês: *"seu amigo esteve aqui. Ele me reconheceu".* Ubirajara contou a Inês, em detalhes, as violências que Beto sofreu na casa de Petrópolis e sua execução, com um tiro na cabeça.

UBIRAJARA RIBEIRO DE SOUZA ("ZÉ GOMES OU ZEZÃO")



DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL
FICHA CADASTRO DE MOVIMENTAÇÕES

[redacted]

Data de emissão: 20/12/2013

Situação Atual: Inativo

[redacted]

PG: Subtenente QAS/QMS: - Infantaria | Nome: UBIRAJARA RIBEIRO DE SOUZA

Idt Mil: [redacted] | CPF: [redacted] | CP: 30265-3

[redacted]

REG	TIPO MOV	OM	CIDADE/UF	SITUAÇÃO	INÍCIO	FIM
1.	Classificação por Conclusão de Curso	4ª Cia PE	Belo Horizonte-MG	Efetivo Pronto	20 DEZ 1957	3 AGO 1959
2.	Transferência por Necessidade do Serviço	12ª R I	Belo Horizonte-MG	Efetivo Pronto	6 AGO 1959	18 OUT 1961
3.	Designação para Missão no Exterior	3ª/2ª R I	Rio de Janeiro-RJ	Força de Paz da Nações Unidas – Batalhão Suez	27 OUT 1961	8 ABR 1963
4.	Retorno de Missão no Exterior	2ª R I	Rio de Janeiro-RJ	Efetivo Pronto	12 ABR 1963	29 ABR 1963
5.	Transferência por Necessidade do Serviço	G U Es	Rio de Janeiro-RJ	Efetivo Pronto	7 MAIO 1963	3 JUN 1965
6.	Designação para Missão no Exterior	R Es I	Rio de Janeiro-RJ	Missão de Segurança da Nações Unidas na República Dominicana	4 JUN 1965	13 MAIO 1966
7.	Retorno de Missão no Exterior	G U Es	Rio de Janeiro-RJ	Efetivo Pronto	25 MAIO 1966	17 FEV 1970
8.	Transferência por Necessidade do Serviço	Gab Min Ex	Rio de Janeiro-RJ	Efetivo Pronto	18 FEV 1970	31 JUL 1974
9.	Transferência por Mudança de Sede de OM	Gab Min Ex	Brasília-DF	Efetivo Pronto	1º AGO 1974	31 DEZ 1977
10.	Transferência por Necessidade do Serviço	Cia C I Ex	Rio de Janeiro-RJ	Efetivo Pronto	1º JAN 1978	8 JUN 1978
11.	Transferência por Necessidade do Serviço	Cia C 9ª Bda Inf	Rio de Janeiro-RJ	Efetivo Pronto	9 JUN 1978	25 MAR 1986
12.	Transferência para a Reserva Remunerada	-	-	-	25 MAR 1986	

Ubirajara Ribeiro de Souza, lotado no Gabinete do Ministro do Exército de 18 de fevereiro de 1970 a 31 de dezembro de 1977

(Acervo da CNV)

4. RUBENS GOMES CARNEIRO ("LAECATO")

76 anos, segundo sargento, na reserva. De maio a setembro de 1966, participou da Missão das Nações Unidas na República Dominicana.

Serviu no Gabinete do Ministro do Exército Orlando Geisel, no Rio de Janeiro, entre 21 de julho de 1970 a 27 de dezembro de 1972. Em seguida, foi transferido para Brasília, passando a servir no Gabinete do Ministro do Exército naquela cidade, entre janeiro de 1973 e fevereiro de 1976.

Inês Etienne aponta que "Laecato", junto com "doutor Roberto", "doutor Guilherme", "doutor Teixeira", "Zé Gomes" e "Camarão" torturou Paulo de Tarso Celestino por 48 horas, quando foi colocado no pau-de-arara e lhe deram choques elétricos e o obrigaram a ingerir grande quantidade de sal. Durante muitas horas, Inês ouviu Paulo de Tarso suplicar por um pouco de água.

RUBENS GOMES CARNEIRO ("LAECATO")

DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL
FICHA CADASTRO DE MOVIMENTAÇÕES

Data de emissão: 20/12/2013

[redacted]

Situação Atual: Inativo

[redacted]

PG: Segundo Sargento QAS/QMS: - Comunicações

Nome: RUBENS GOMES CARNEIRO

[redacted] [redacted] CP: 32550-6

[redacted]

REG	TIPO MOV	OM	CIDADE/UF	SITUAÇÃO	INÍCIO	FIM
1.	Classificação por Conclusão de Curso	R Es I	Rio de Janeiro-RJ	Efetivo Pronto	11 NOV 1964	16 MAIO 1966
2.	Designação para Missão no Exterior	1º R Es I	Rio de Janeiro-RJ	Missão de Segurança da Nações Unidas na República Dominicana	17 MAIO 1966	15 SET 1966
3.	Retorno de Missão no Exterior	R Es I	Rio de Janeiro-RJ	Efetivo Pronto	30 SET 1966	16 JUL 1970
4.	Transferência por Necessidade do Serviço	Gab Min Ex	Rio de Janeiro-RJ	Efetivo Pronto	21 JUL 1970	27 DEZ 1972
5.	Transferência por Mudança de Sede de OM	Gab Min Ex	Brasília-DF	Efetivo Pronto	22 JAN 1973	2 FEV 1976
6.	Transferência por Necessidade do Serviço	6ª Cia Com	Brasília-DF	Efetivo Pronto	4 FEV 1976	20 JAN 1977
7.	Transferência por Necessidade do Serviço	Gab Min Ex	Brasília-DF	Efetivo Pronto	24 JAN 1977	1º JUL 1985
8.	Transferência por Necessidade do Serviço	24ª B I B	Rio de Janeiro-RJ	Efetivo Pronto	2 JUL 1985	8 OUT 1985
9.	Transferência para a Reserva Remunerada	-	-	-	8 OUT 1985	

Rubens Gomes Carneiro, lotado no Gabinete do Ministro do Exército de 21 de julho de 1970 a 2 de fevereiro de 1976

5. LUIZ CLÁUDIO DE AZEREDO VIANNA ("LAURINDO")

Em 1971, era comissário de Polícia Civil em Petrópolis. Em seu depoimento, Inês Etienne descreve que ligavam da casa de Petrópolis (Casa da Morte) para uma delegacia perguntando por Luiz ou Luizinho; desta forma descobriu que o "Laurindo" era, na verdade, Luiz Cláudio de Azeredo Vianna, da delegacia de Petrópolis.

Luiz Cláudio do Azeredo Viana também serviu às fileiras da contravenção, ligado ao bicheiro Aniz Abraão David, o Anísio da Beija Flor, conforme Informação n° 2283 - C/78, de 14 de julho de 1978, produzida pela 1ª Divisão do Exército e difundida pelo Centro de Informações do Exército (CIE) e pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

6. ANTONIO FERNANDO HUGHES DE CARVALHO ("ALAN")

Natural do Rio de Janeiro, nascido em 1942. Reconhecido por Inês Etienne como o "Alan" da Casa da Morte de Petrópolis.

Em dezembro de 1964 era aspirante a oficial R2. Atuou como interrogador do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro em 1970 e 1971, sendo apontado pela CNV como o autor das torturas que levaram à morte o ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva, em 21 de janeiro de 1971.

Em carta à CNV, o militar Ronald José da Motta Batista Leão arrolou o nome de Hughes entre aqueles militares que poderiam esclarecer as circunstâncias da morte, ocultação de cadáver e desaparecimento de Rubens Paiva:

> *(...) Hughes – Oficial da Reserva, interrogador do DOI CODI, citado como "forte, de olhos azuis", onde após ser licenciado pelo Exército, foi para os Correios e Telégrafos.*

Hughes, de fato, trabalhou como adjunto da Assessoria de Informações da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), tendo sido Chefe da Assessoria de Segurança e Informações de diretoria regional da EC, conforme registrado em documento localizado pela CNV no Arquivo Nacional.

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

Em 5 de novembro de 1971, Hughes recebeu a Medalha do Pacificador "como uma homenagem especial do Exército, pelos assinalados serviços prestados no combate à subversão, colaborando dessa forma, para a manutenção da lei, da ordem e das instituições". Hughes morreu em 2005.

Até esta apresentação de fotografias pela Comissão Nacional da Verdade, Inês Etienne Romeu havia identificado, por meio de imagens, somente dois de seus algozes na Casa da Morte de Petrópolis:

(1) AMÍLCAR LOBO MOREIRA DA SILVA, então médico do Exército, que usava o codinome de "doutor Carneiro" e foi denunciado publicamente por Inês Etienne em 1981. Lobo, que tinha consultório de psicanálise na zona sul do Rio de Janeiro, diante dos detalhes lembrados por Inês, capitulou, confirmando as denúncias. Em 1986 o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro – Cremerj cassou seu registro por unanimidade; em 1989, também por unanimidade, o Conselho Federal de Medicina ratificou a decisão de cassação de seu registro profissional; e,

(2) UBIRAJARA RIBEIRO DE SOUZA, o "Zé Gomes ou Zezão", foi identificado por Inês Etienne após apresentação de vídeo, de depoimento prestado por ele ao procurador da Justiça Militar Otávio Bravo, em junho de 2011.

Finalmente, Inês Etienne não reconheceu imagens de José Brant Teixeira e Paulo Malhães, confirmando informações de que estes oficiais, apesar de terem participado ativamente das ações na Casa da Morte, por se revezarem em equipes, não estiveram com Inês Etienne.

Confrontada com imagens de Éber Teixeira Pinto e Cyro Guedes Etchegoyen, dois militares cujos nomes vêm sendo associados ao oficial de codinome "doutor Bruno", Inês Etienne não os reconheceu.

Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF